

A Natureza Humana e o 'Homem Econômico' Milliano

Laura Valladão de Mattos

Doutora pelo IPE-USP

RESUMO

Este artigo analisa, de forma abrangente, a concepção de Mill sobre a natureza humana. São discutidas as principais características de sua visão sobre psicologia e sobre o papel desempenhado pelas instituições na formação do caráter individual, além de alguns aspectos de seu ideal de homem. Esses elementos são essenciais para uma boa compreensão do significado do "homem econômico" milliano, abstração sobre a qual ele funda a ciência da economia política.

PALAVRAS-CHAVE

J. S. Mill, homem econômico, utilitarismo, natureza humana

ABSTRACT

This paper presents a fairly comprehensive account of John Stuart Mill's conception of human nature. The main features of his view on psychology and on the role played by the institutions in molding the individual character are discussed, as well as some aspects of his ideal of man. These elements are essential to the comprehension of the meaning of Mill's "economic man", the abstraction upon which he defines the object of political economy.

KEY WORDS

J. S. Mill, economic man, utilitarianism, human nature

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo apresentar a concepção de John Stuart Mill sobre a natureza humana e explicitar a relação que existiria, para ele, entre a natureza do homem e as diversas ciências sociais. Como a economia política é uma dentre essas ciências, esta análise serve de base para discutirmos o *status* que a abstração do ‘homem econômico’ assumiu em seu pensamento.

Na literatura brasileira recente encontramos várias interpretações sobre o significado que teria a abstração utilizada por Mill para definir a ciência da economia política (o ‘homem econômico’ milliano) e sobre a visão de ciência e de mundo que estaria implícita a esta definição.¹ No entanto, esses trabalhos apresentam uma preocupação mais de metodologia do que propriamente de história do pensamento econômico - tendo por objetivo muitas vezes criticar a abordagem metodológica adotada pelo *mainstream*. Por conta desse viés, de uma forma geral essas interpretações fundamentam-se basicamente na análise de um artigo clássico sobre a definição e o método da economia política publicado por Mill em 1836, e não têm a preocupação de contextualizá-lo no restante de sua obra. Todavia, acreditamos que essa contextualização é importante até mesmo para chegarmos a um bom entendimento sobre aspectos puramente metodológicos da obra desse autor. Este trabalho visa justamente preencher esta lacuna, fornecendo, com base em um universo bem mais amplo de textos, o que consideramos ser um fundamento mais sólido para as discussões de metodologia da economia política em Mill.

1. RELAÇÃO ENTRE A NATUREZA HUMANA E AS CIÊNCIAS SOCIAIS

A natureza humana está, para Mill, na base de todas as ciências sociais. Segundo ele, todos os fenômenos sociais teriam que ser explicados em termos das ações individuais, o que nos permitiria situá-lo entre os que hoje denominamos individualistas metodológicos. No entanto, a posição de Mill é um tanto mais forte, pois as resultantes sociais teriam que ser remetidas não só às ações individuais, mas às **motivações** dos homens. Na psicologia humana estaria o fundamento de todas as ciências sociais. Esta posição fica evidenciada na seguinte afirmação de Mill:

1. Ver PRADO (1991), PAULANI (1991), BIANCHI (1988).

“As leis dos fenômenos da sociedade são, e não podem ser senão aquelas leis das ações e paixões de seres humanos reunidos no estado social. Os homens, não obstante o estado social, ainda são obedientes às leis da natureza humana individual. Os homens não são, quando juntos, convertidos em outro tipo de substância com propriedades diferentes ... Seres humanos em sociedade não têm outras propriedades senão aquelas derivadas de, e que podem ser decompostas naquelas leis da natureza do homem individual...”(MILL, 1987, p. 65)²

Caso as motivações dos agentes sejam diferentes, as ações e, portanto, os resultados sociais que delas decorrem, serão diferentes. A análise da “qualidade do agente” será, assim, fundamental para o estudo das ciências sociais e, portanto, da economia política.

Qual é a concepção de Mill a respeito do homem? Que tipo de homem estaria na base das ciências sociais? Existiria para ele uma natureza humana abstrata e universal ou seria ela histórica e mutável? O que determinaria as motivações (e portanto as ações) dos homens? Seriam elas sempre iguais ou estariam sujeitas a variações?

Na resposta a estas questões Mill situa-se entre dois pólos. Por um lado, ele deseja adotar uma noção de natureza humana (no sentido de ter conteúdo universal, aistórico e abstrato) e utilizá-la como fundamento, como átomo organizador, das demais ciências sociais. Por outro, Mill entrou em contato com as obras de pensadores do século XIX, para quais o homem seria um ser concreto, histórico e mutável que só poderia ser definido/descrito com referência a um dado estado social. Ele oscila então entre estas duas formas de encarar o homem e isto levou a uma tensão básica em seu pensamento que, como veremos, aparece inúmeras vezes apesar de tomar formas ligeiramente diferentes. Esta tensão aparecerá em diversos momentos deste trabalho. Ela se manifesta, como veremos, em uma dificuldade em definir as fronteiras entre o natural e o artificial, entre o psicológico e etológico, e como uma certa ambigüidade em termos metodológicos.

2. A NATUREZA HUMANA ‘NATURAL’ VS ‘ARTIFICIAL’

Mill trata da questão do homem de uma forma dispersa e muitas vezes ambígua, nem sempre utilizando o termo ‘natureza humana’ para denominar a mesma coisa. Podemos distinguir pelo menos duas perspectivas adotadas por Mill no tratamento

2. Para uma comparação entre psicologismo de Mill e o individualismo metodológico ver POPPER (1968).

desta questão: (a) por vezes ele faz referência às ‘tendências simples da natureza humana’, às ‘leis abstratas da mente’, às ‘leis universais da natureza humana’, à ‘constituição essencial da natureza humana’; (b) outras vezes ele se refere a ‘seres humanos históricos’, ‘moldados’, às ‘leis empíricas da natureza humana’, a ‘fases temporárias e locais do caráter humano’.

Existiriam, para Mill, algumas características que seriam atributos comuns a toda espécie humana, constituindo a natureza humana ‘em abstrato’. Estas características apareceriam em alguma medida em todos nós, e comporiam, por assim dizer, nosso lado ‘animal’ ou ‘natural’ (espontâneo).³ Existiriam, por outro lado, características que estariam colocadas como possibilidades. Seriam capacidades que teriam que ser cultivadas artificialmente para virem à tona. Estas características dependeriam fundamentalmente das circunstâncias gerais nas quais o homem está situado. O conjunto de instituições, as normas e a educação seriam os determinantes do desenvolvimento ou não destas potencialidades. E nesse sentido poder-se-ia falar na possibilidade de ‘moldar’ o homem.

Vale observar que para Mill a parte do homem dependente de estímulos ‘artificiais’ ou de intervenção humana para aparecer não seria menos parte de sua natureza. Apesar de serem adquiridas, não são por esta razão menos naturais:

“...É natural ao homem falar, raciocinar, construir cidades, cultivar o solo, apesar destas serem faculdades adquiridas. Se não são de fato uma parte de nossa natureza, no sentido de serem, em qualquer grau perceptível, presentes em todos nós, ... são, no entanto, derivações naturais (natural outgrowth) dela, capazes ... em pequeno grau, de surgirem espontaneamente e susceptíveis de serem erguidas (brought up) pelo cultivo até um alto grau de desenvolvimento...” (MILL, 1957, p. 39)

Mas mesmo que não fossem em algum sentido parte de nossas naturezas isso não consistiria, para Mill, grande demérito. Ele não fazia nenhuma apologia moral do lado ‘natural’ da natureza humana.⁴ Mill não se encantava com a natureza humana

3. ROBSON (1976) fala do ‘lado animal do homem’(o animal no homem). Em “Nature”, Mill utiliza (apesar de não defender) uma distinção entre natural/artificial.

4. Em um ensaio publicado postumamente chamado “Nature” Mill esforça-se em “desbancar” a noção de que o natural devesse ser tomado como padrão ético (“seguir a natureza”). “...Ou é correto matar porque a natureza mata; torturar porque a natureza tortura, arruinar e devastar porque a natureza assim o faz, ou não devemos levar em conta o que a natureza faz, e sim aquilo que é bom fazer.”(MILL, 1958, p. 22). A avaliação do que é bom será fornecida pelo utilitarismo.

em ‘estado bruto’, pois, para ele, este não seria “...um estado tão superior quanto poder-se-ia pensar; à condição dos outros animais gregários, quando estes têm o suficiente para comer...”(MILL, 1965, p. 1023)⁵

Mill combatia a idéia de que os instintos - por estarem supostamente mais próximos à ‘natureza’ (ao serem espontâneos) - seriam mais valiosos do que a ação deliberada do homem. Pelo contrário, para ele “...praticamente todo atributo respeitável da humanidade é resultado não do instinto, mas de uma vitória sobre os instintos...”(MILL, 1958, p. 31) Não existiria “...praticamente nada de valioso no homem natural exceto capacidades - um mundo inteiro de possibilidades, todas elas dependentes de disciplina eminentemente artificial para se realizarem.”(MILL, 1958, p. 32)⁶

Aqui aparece uma tensão entre o natural e o artificial. Mesmo aquela parte da natureza humana que na ausência de estímulo artificial não se manifestaria é considerada parte da natureza humana. De fato, como veremos, eram as características adquiridas artificialmente que Mill considerava mais elevadas e especificamente humanas.(ver ROBSON,1976, p. 160) Nestas capacidades existentes ‘em potência’, e passíveis de serem estimuladas ou atrofiadas pelas circunstâncias, é que Mill via o traço distintivo do homem.⁷ Era sobre elas que as normas, as leis, as instituições e a educação poderiam agir. Em geral, a preocupação de Mill recai sobre esta parte maleável da natureza humana, isto é, sobre a parte suscetível de transformações e desenvolvimento.⁸

5. No ensaio “Nature” Mill compara novamente o ‘homem natural’ aos animais: “Nos tempos em que a humanidade estava mais próxima ao seu estado natural, observadores mais cultos consideravam o homem natural como um tipo de animal selvagem, diferenciado principalmente por ser mais habilidoso do que as demais bestas do campo; e qualquer valor de caráter era considerado resultado de algum tipo de adestramento (taming). ... A verdade é que dificilmente existe um ponto sequer de excelência pertencente ao caráter humano, que não seja decididamente repugnante para os sentimentos não instruídos (untutered) da natureza humana.” (MILL, 1958, p. 32)

6. Por exemplo, o medo seria natural ao homem, a coragem algo adquirido com o cultivo artificial. O amor à verdade, a justiça dependeriam de cultivo artificial. A limpeza certamente não seria da natureza do homem, somente a capacidade de adquirir amor à limpeza o seria. Ver MILL (1958, p. 33).

7. Para evitar confusões é importante ressaltar que não estamos atribuindo qualquer significado filosófico específico ao termo ‘em potência’.

8. A “...natureza humana flexível não é a natureza humana universal, se o universal é definido no abstrato. Isto é, quando Mill refere-se a, comenta sobre, descreve, ou analisa a ‘natureza humana’, normalmente, especificamente quando as passagens são extensas, ele está referindo-se: (a) ao caráter individual ou tipo; (b) a grupos ou classes ou nações...Seu interesse estando na modificação do comportamento, ele olha não para a natureza humana no abstrato, mas para os indivíduos e grupos dos quais a ação emerge.” (ROBSON, 1976:157)

Assim, apesar de assumir que existe uma herança animal comum a todos nós, Mill admite que o homem pode aparecer historicamente de formas muito diferentes, dependendo da direção em que a parte maleável de sua natureza for desenvolvida.

3. PSICOLOGIA E ETOLOGIA

A diferenciação entre estes dois níveis de natureza humana tem, no nosso entender, relação com a diferenciação que Mill faz entre duas ciências que constituirão as bases de todas as outras ciências morais, a psicologia e a etologia.

A psicologia teria como objeto de estudo as leis da mente. Os fenômenos mentais consistiriam dos pensamentos, das emoções, das volições e das sensações. A psicologia investigaria as leis de sucessões e coexistências dos estados mentais causados por outros estados mentais (isso exclui as sensações, uma vez que estas decorrem de estados do corpo).⁹

A psicologia, para Mill, seria uma ciência empírica (indutiva). Todas as informações sobre a natureza do homem seriam retiradas a partir da experiência, utilizando a observação direta do mundo exterior e a introspecção (experiência interna). Sobre o processo de obtenção das leis psicológicas Mill diz:

“Os desejos do homem, e a natureza da conduta à qual este o induz, estão ao alcance de nossa observação. Podemos observar quais são os objetos que excitam estes desejos. O material deste conhecimento todos podem coletar principalmente dentro de si, combinado com a consideração razoável das diferenças entre eles e outras pessoas, cuja existência a experiência revela.”(MILL, 1967b, p. 329)

O método utilizado seria o de generalizar com base nesta experiência, chegando-se a leis. Estas leis deveriam ser tomadas sem a necessidade de nenhuma teoria para racionalizá-las.(WHITAKER, 1975, p. 1038)

9. Segundo Mill, existiriam leis mentais mais gerais e outras mais específicas. Entre as mais gerais estariam que a cada impressão corresponde uma idéia, e que as idéias se sucedem de acordo com algumas Leis de Associação de Idéias. As idéias complexas seriam compostas (“mecanicamente”) ou geradas (“quimicamente”) por idéias simples. Para ele, ainda estaria em aberto a questão de se os sentimentos, julgamentos, desejos e volições também seriam gerados a partir de fenômenos mentais simples. Mas, independentemente disso, Mill acreditava que as Leis de Associação prevaleciam entre estes estados mais complexos da mesma forma que prevaleciam entre os mais simples. Ver MILL (1987, p. 38/42). Para uma descrição dessas leis psicológicas ver AYER(1987, p.15). James Mill foi um expoente da psicologia associacionista na Inglaterra e J.S.Mill seguiu bastante de perto seu pai neste sentido. Ver o livro *Analysis of the Phenomena of the Human Mind* de James Mill, editado por J.S.Mill, onde este último faz comentários em notas nos pontos controversos.

Essas leis da mente (psicológicas) operariam em conjunto com as circunstâncias. Desta operação conjunta resultariam as características de cada homem. Mill introduz, então, uma ciência que ele denomina de etologia.

A etologia seria a ciência que determinaria o tipo de caráter a ser produzido em conformidade com as leis da mente por qualquer conjunto de circunstâncias físicas e morais. (MILL, 1987, p. 54) Isto é, a etologia ocupar-se-ia em descobrir as leis da formação do caráter. Veremos que a etologia era uma ciência fundamental para Mill por ter potencialmente um valor prático muito grande. Ao estabelecer os tipos de caracteres que as diversas circunstâncias **tendem** a produzir, esta ciência poderia servir de subsídio para a arte do legislador ou do educador, indicando os meios mais adequados para incentivar alguns tipos de caráter na população e evitar outros. (MILL, 1987, p. 59) É essencial não esquecer que a preocupação fundamental de Mill era com a reforma da sociedade.¹⁰ As leis etológicas seriam obtidas dedutivamente a partir das leis universais da mente e hipóteses a respeito das circunstâncias. Apesar de serem poucas as leis de formação de caráter, existiria a possibilidade de existência de uma diversidade quase infinita de tipos de caráter como resultado da operação destas. Isso ocorre porque cada indivíduo tem vivências e experiências bastante particulares. No entanto, para Mill, as circunstâncias gerais - a educação, as instituições, os costumes etc. - determinariam a maior parte do caráter dos indivíduos.¹¹ Como esses elementos são em geral semelhantes, pelo menos dentro de uma classe ou de um país, seria possível falar-se em caráter nacional, ou fazer afirmações gerais sobre as características dos homens de uma época ou país, apesar da diversidade, quando vista em termos individuais, ser imensa. Essa seria, para Mill, a função da etologia política, um ramo aplicado da ciência da etologia.

Existiriam, então, algumas características universais aos homens (como, por exemplo, a **estrutura** básica de organização das idéias), mas os **conteúdos**, isto é, as resultantes em termos de caráter (motivações, inclinações) poderiam diferir enormemente de acordo com as circunstâncias vivenciadas.

10. Apesar de Mill ter procurado explicitar em vários contextos os efeitos institucionais sobre o caráter, ele nunca desenvolveu esta ciência de forma sistemática. Isto dificulta a compreensão da forma que ela tomaria. Winch aproxima a etologia tanto do que denominamos hoje de psicologia social como do que entendemos por antropologia cultural. (WINCH, 1985, p. 23/ 25)

11. Mill admite que características da organização física dos indivíduos (por exemplo, intensidade com que experimenta sensações) poderiam ter efeitos sobre o caráter, mas atribui a isso apenas poder de explicação residual e secundário. Ver MILL (1987, p. 43).

Existiria, assim, uma natureza humana universal, que dependendo das circunstâncias em que se situa revela-se concreta e historicamente de formas bastante diferentes. A gama de possibilidades de formas que o homem poderia tomar seria quase infinita e ainda não inteiramente conhecida, uma vez que nem todos os arranjos institucionais e formas de organização social possíveis foram esgotados.

Hollander chama a atenção para o fato de que dentro desta perspectiva também as leis psicológicas podem variar:

“É consistente com esta perspectiva que a evidência retirada da introspecção varie com o tempo e no espaço e não reflita alguma propensão psicológica universal agindo no vácuo como se fosse divorciada das circunstâncias peculiares do tempo e da localização. Que esta era a posição de Mill é fortemente sugerido pelo que ele tinha a dizer com respeito à diversidade de padrões de comportamento a serem observados geograficamente e à maleabilidade potencial do comportamento humano.” (HOLLANDER, 1985, p. 113)

Isto nos leva novamente à tensão já referida no pensamento de Mill e que se reflete na dissolução das fronteiras entre a psicologia e a etologia.

Se as leis psicológicas são obtidas indutivamente, com base na experiência, as próprias leis psicológicas (e, portanto, a natureza humana) podem mudar à medida que as circunstâncias modificam o homem.

3.1. A Natureza do Homem e da Mulher - Uma Ilustração

Esta concepção de natureza humana teve implicações importantes sobre vários aspectos da filosofia social milliana e certamente ajuda-nos a entender a sua posição em relação à condição feminina. Mill defendeu posições bastante incomuns à sua época, como, por exemplo, o direito da mulher ao voto e o divórcio.¹²

12. Em sua autobiografia Mill afirma que ele foi um precursor na defesa pública do voto feminino. Ao se referir às pessoas que apoiaram sua candidatura ele diz: “...levei ao conhecimento deles, entre outras coisas, a minha convicção ... de que as mulheres tinham direito a representação no Parlamento em bases iguais aos homens. Foi, sem dúvida, a primeira vez que tal doutrina foi mencionada para os eleitores, e o fato de eu ter sido eleito depois de propô-la, deu início ao movimento a favor do sufrágio feminino que desde então tornou-se vigoroso ...” (MILL, 1989, p. 208)

Mas como estas posições relacionam-se com a visão de psicologia humana e da formação do caráter humano acima exposta? Como fica a questão da natureza da mulher? Mill vai atribuir as diferenças sociais existentes entre os sexos a formas diferentes de cultivo da parte maleável da natureza humana.

Em um ensaio denominado *The Subjection of Women* (1869), cujo título já é bastante sugestivo, Mill trata do assunto de forma surpreendentemente apaixonada.¹³ A idéia básica do ensaio é que “...o princípio que regula as relações sociais existentes entre os dois sexos - a subordinação legal de um sexo ao outro - é errado em si, e é um dos principais obstáculos no presente, ao aperfeiçoamento humano, devendo ser substituído por um princípio de perfeita igualdade...” (MILL, 1975, p. 427) Na defesa desta idéia, Mill lança mão de vários argumentos que têm como base a visão de natureza humana acima discutida.

Mill tenta, em primeiro lugar, combater o sentimento existente em sua época de que este tipo de desigualdade entre os sexos seria “natural”. E pergunta: “... existiu alguma vez algum tipo de dominação que não parecesse natural para aqueles que a exerciam?...” (MILL, 1975, p. 440) Acrescenta ainda que na sua época:

“... o não natural geralmente significa apenas o não costumeiro, e tudo que é usual parece natural. Sendo a submissão da mulher ao homem um costume universal, qualquer desvio dele naturalmente parece não natural. Mas ampla experiência revela o quanto, mesmo neste caso, o sentimento é dependente do costume ...” (MILL, 1975, p. 441)

Para Mill, o hábito pode propiciar associações de idéias, e essas ligações, quando deixam de ser conscientes, passam, muitas vezes, a ser confundidas com instintos ou com mandamentos da nossa consciência.¹⁴ E este seria o caso com a situação de submissão da mulher.

13. A linguagem utilizada por Mill em seus textos tende a ser árida, mas neste ensaio ela é surpreendentemente dramática, principalmente ao descrever o domínio de terror que o marido poderia legalmente exercer sobre sua esposa. Na questão feminina Mill foi muito influenciado por suas vivências pessoais. Com 25 anos Mill conheceu e apaixonou-se por Harriet Taylor, que por sua vez era casada com John Taylor. Como na época não havia divórcio, eles viveram esta paixão platonicamente até a morte de John uns 20 anos depois. Mill admirava Harriet imensamente e via nela todas as qualidades intelectuais presentes nos homens. Chega a compará-la a Shelley. Ver MILL (1989, p. 146).

14. No artigo “Nature” ele se refere à “...opinião comumente defendida de que todo, ou quase todo, sentimento ou impulso que age prontamente sem esperar para fazer perguntas é um instinto ...” (MILL, 1958, p. 31) Isto aparece também no *Subjection*, onde Mill diz que com a revolta do séc XIX ao racionalismo do séc XVIII, passa-se a atribuir “...aos elementos não racionais da natureza humana a infalibilidade que o século dezoito atribuía aos elementos racionais. A apoteose da razão foi substituída pela apoteose do instinto, e chamamos de instinto tudo aquilo que encontramos dentro de nós para o qual não conseguimos rastrear qualquer fundação racional ...” (MILL, 1975, p. 430)

Mill quer chamar atenção para o fato de as circunstâncias sociais serem determinantes para o caráter feminino que se observava na época. “... *O que é agora chamado de natureza da mulher é uma coisa eminentemente artificial - o resultado de repressão forçada em algumas direções e estímulo não natural em outras ...*” Algumas capacidades das mulheres são estimuladas ao extremo (para o bem de seus senhores), enquanto outras são totalmente desincentivadas e reprimidas. E inconscientes deste processo, os homens encaram o seu resultado como algo espontâneo, e tomam por natural características que são, na verdade, frutos de suas ações.

Para Mill, seria importante “desnaturalizar” a situação de submissão da mulher. Os homens de fato colocaram “... *tudo em prática para escravizar suas mentes... [eles] queriam mais do que mera obediência, e direcionaram toda a força da educação para conseguir este propósito ...*” (MILL, 1975, p. 444). Ele propunha a modificação das circunstâncias de forma que outras características (como independência) fossem incentivadas. As leis, a educação, e toda a força das demais instituições sociais deveriam ser direcionadas para outros fins, permitindo que outras capacidades femininas ainda não manifestas, talvez por falta de cultivo, aparecessem e florescessem.

O impacto dessa mudança na condição da mulher seria salutar também para os homens. O padrão de relação existente entre os sexos distorceria também o caráter dos homens ao estimular partes perversas de suas naturezas que de outra forma seriam reprimidas. Esta relação de poder quase absoluto sobre a esposa oferece ao marido “... *permissão para a indulgência daqueles pontos de seu caráter original que em todas as outras relações ele teria necessidade de reprimir e ocultar; e cuja repressão iria por fim (in time) tornar-se uma segunda natureza ...*” (MILL, 1975, p. 470)

É interessante notar que a questão da mulher, além de ilustrar bem o funcionamento dos princípios de formação de caráter acima retratados, capta também a tensão no pensamento de Mill entre o que é naturalmente parte da natureza humana e o que seria artificialmente criado. O artificial acaba por tornar-se com o tempo parte da ‘natureza’. E isso implica uma quase dissolução das fronteiras entre a psicologia e etologia no discurso de Mill.

Essa dissolução fica ainda mais evidente quando Mill afirma: “... *eu nego que qualquer um conheça, ou possa conhecer, a natureza dos dois sexos, já que eles só foram vistos na sua presente relação um com o outro...*” (MILL, 1975, p. 432) Nesta passagem Mill parece querer afirmar a existência de algo que seria a verdadeira natureza do homem ou da mulher. Mas o que é a natureza humana senão aquilo que se observa empiricamente? Como seria possível dentro de uma abordagem empiricista afirmar a existência de algo além disso? O que se pode afirmar é que natureza humana é maleável, mas todas as suas formas de manifestação são igualmente natureza humana.

Como as leis psicológicas seriam, para Mill, derivadas empiricamente se uma parte da natureza humana é suprimida - de modo a não mais aparecer na forma de ações ou internamente - e outras forças passam a ter relevância, não tem sentido afirmar uma como parte da natureza humana e a outra não. O próprio Mill reconhece que quanto “... *mais altamente for cultivada a ciência da etologia, quanto melhor as diversidades dos caracteres individuais e nacionais forem compreendidas, menores tornar-se-ão, provavelmente, o número de proposições sobre as quais será considerado seguro construir, tratando-as como princípios universais da natureza humana.*” (MILL, 1987, p. 95)

4. A VONTADE (WILL) E O DESEJO (DESIRE)

Entramos então na discussão de como se formam as motivações dos indivíduos que existem historicamente. Isso interessa ao cientista social, uma vez que são eles que agem. Vamos analisar com mais cuidado o que estaria, para Mill, na origem dos desejos e volições dos homens.

Na base da teoria da natureza humana de Mill está uma teoria hedonista. O homem, por sua natureza, buscaria prazer e evitaria a dor. Isto dar-se-ia de forma não mediada na primeira infância. Por meio da experiência a criança passaria a associar algumas ocorrências, fatos, e ações, a sentimentos de prazer e de dor:

“... nós adquirimos apego a pessoas, coisas e posições que são causas, ou concomitantes habituais, de sensações prazerosas ou de alívio de dores: em outras palavras, aquelas pessoas, coisas e posições tornam-se nelas mesmas agradáveis, e por associação e pela variedade e multidão de idéias prazerosas associadas a elas, tornam-se prazeres de grande constância e até de maior intensidade e mais valiosas para nós do que os prazeres primitivos de nossa constituição ...” (MILL, 1967a, p. 233/4, nota de J. S. Mill)

Por conta dessa visão de como funciona a psicologia humana, Mill atribuirá uma importância muito grande à educação e aos arranjos institucionais, pois as circunstâncias experimentadas pelos indivíduos condicionam a maneira pela qual as associações entre prazeres e dores e os objetos, ações etc. serão feitas em suas mentes. Para ele:

“...todas as qualidades e sentimentos morais e mentais, seja de um tipo bom ou ruim, são resultados de associações; nós amamos uma coisa e odiamos outra, obtemos prazer em uma espécie de ação ou

contemplação e dor em outra, através da união (ligação) de idéias prazerosas ou dolorosas àquelas coisas, como efeito da educação ou da experiência ...”(MILL, 1989, p. 114)

Mill lamenta, entretanto, que “... através de uso suficiente de sanções externas e da força da impressão precoce ...”(MILL, 1957, p. 39) as afetividades podem ser cultivadas em praticamente qualquer direção. Para ele, “... quase inexistia algo tão absurdo ou nocivo que não possa, por meio destas influências, ser levado a agir sobre a mente humana com toda a autoridade da consciência.”(Idem)

Coerentemente com sua postura utilitarista, Mill recomenda manipular as circunstâncias de forma deliberada de modo a produzir associações entre prazeres e coisas e ações que levem ao bem comum, e entre dores e coisas e ações nocivas ao bem comum.¹⁵

Até aqui nada distingue a posição de Mill da posição de outros autores como Bentham, Helvétius e o próprio James Mill. No entanto, Mill chega a uma visão de natureza humana bem mais complexa, que leva em conta inúmeras motivações para a ação que os outros não consideravam, ou pelo menos não enfatizavam.¹⁶

Apesar de sua teoria de natureza humana ainda manter um fundo hedonista, Mill certamente não pode ser considerado um hedonista radical. Ele não concordaria, por exemplo, com a famosa afirmação de Bentham de que a “*natureza colocou a humanidade sob o governo de dois senhores soberanos, a dor e o prazer. Eles sozinhos...determinam o que iremos fazer ...*”(BENTHAM, apud RYAN, 1987, p. 26/7)

Os autores que, como Bentham, adotavam um hedonismo radical consideravam que esses elementos básicos da natureza seriam **sempre** os determinantes da ação, estando todas as motivações sempre a eles amarrados. Para Bentham, seria parte da natureza humana ser guiada por binômio prazer/dor e, portanto, ser auto-interessada.¹⁷

15. “... a finalidade da educação deveria ser formar associações mais forte possíveis do tipo salutar; associações de prazer a todas as coisas benéficas ao grande todo, e de dor com todas as coisas danosas a ele ...”(MILL, 1989, p. 114)

16. Nos artigos “Remarks on Bentham’s Philosophy” (1834) e “Bentham” (1838), Mill faz uma extensa crítica à visão, para ele muito simplificada, de Bentham sobre a natureza humana. Nestas críticas Mill revela a influência que sofreu de pensadores românticos. Segundo Winch, “...um dos resultados duradouros de seu interesse no trabalho de Coleridge e Carlyle, foi que ele adquiriu uma apreciação mais rica das motivações e propósitos humanos do que estava contido na concepção benthamita de ‘interesse’ e ‘felicidade’ ...”(WINCH, 1985, p. 22)

17. Mill admite que Bentham não tinha sempre uma visão estreita sobre o conteúdo do auto-interesse. Auto-interesse seria, mesmo para ele, compatível com atitudes altruístas. No entanto, Mill acusa-o de, na maior parte das vezes, esquecer disto e de associar auto-interesse a egoísmo.(MILL, 1969, p. 13)

“... Se é por meio da felicidade de um outro, ou outros em qualquer que seja o número, que o homem busca sua própria felicidade, ainda assim o objeto direto e imediato de busca é sua própria felicidade; a felicidade dos outros não é senão um meio para este fim relativamente universal.”(BENTHAM, *apud* ROBSON, 1968, p. 13, grifo acrescentado)

Neste aspecto, não haveria, para Bentham, como modificar o caráter humano. Mas seria possível tornar esta busca hedonista mais eficiente. Os indivíduos praticariam um hedonismo míope, inconstante, influenciado pelo hábito, por preconceitos etc. O objetivo de Bentham não seria modificar o homem (melhorá-lo), mas torná-lo mais racional nesta busca. Neste sistema, *“... o maior inimigo deste melhoramento [social] não é o egoísmo, que é de fato a melhor garantia de avanço, e sim a confusão, a falta de clareza e a estupidez sobre os fins e meios ...”*(ROBSON, 1968, p. 8) Assim, apesar de a natureza do indivíduo não poder ser modificada, a sociedade poderia, e nisto consistiria a tarefa do filósofo moral e do legislador. Poder-se-ia manipular por meio de legislação ou educação as ações dos homens. A idéia seria jogar com as unidades individuais de forma a organizar um todo melhor.(ROBSON, 1968, p. 12)¹⁸

Mill, por sua vez, apresenta uma concepção diferente das motivações do homem. Apesar de na base de sua teoria o hedonismo ainda reinar, o homem seria capaz de agir e buscar coisas que não têm a menor ligação presente ou futura com o prazer ou com o alívio à dor. Para entendermos isto é importante atentarmos para uma distinção que ele faz entre desejo (*desire*) e vontade (*will*).

O desejo teria, para ele, uma natureza passiva, enquanto que a vontade, uma natureza ativa. Isto é, na ocorrência do desejo, o homem é tomado por um impulso à ação, ao qual ele pode até resistir, mas de qualquer forma o desejo é algo que age sobre ele. A vontade, por sua vez, é ativa no sentido de passar pela deliberação humana. E essa vontade pode até impedir que um desejo traduza-se em ação.¹⁹

18. O princípio ético que nortearia a organização da sociedade seria o **princípio da utilidade**. Isto é, o critério de avaliação da moralidade de qualquer ação ou organização em função de suas conseqüências para a felicidade geral. Uma ação seria julgada certa caso tendesse a aumentar a felicidade geral e errada se provocasse o efeito contrário.

19. No caso do desejo *“... existe sempre, acredito, uma tendência a uma ação, apesar de esta tendência poder ser sobrepujada por uma restrição interna ou externa. Também no caso da aversão, existe sempre uma tendência à ação do tipo que repele ou evita a sensação dolorosa.”*(MILL, 1967a, p. 193/4, nota de rodapé de J. S. Mill) A vontade pode ser essa restrição interna que impede que o homem siga o seu impulso. Podemos ver esta distinção usando como exemplo uma mesma ação: pode-se ir à guerra movido por patriotismo ou por senso de dever. Num caso o homem é dominado por um sentimento e compelido a agir, no outro, é a sua consciência que o faz agir.

A base da vontade é de fato o desejo, e nesse sentido a teoria de Mill mantém um fundo hedonista: “... a vontade é no início inteiramente produzida pelo desejo, incluindo neste termo a influência repelente da dor bem como a influência atrativa do prazer ...”(MILL, 1957, p. 50) No entanto, Mill afasta-se do hedonismo quando abre a possibilidade de autonomia posterior da vontade, e a possibilidade de inversão do processo: “... a vontade, como todas as outras partes de nossa constituição, é submissa (amenable) ao hábito... nós podemos querer (will) via hábito, coisas que não mais desejamos por elas mesmas, ou desejá-las (desire) somente porque as queremos (will) ...”(MILL, 1957, p. 50)

E esse fenômeno ocorre em grande escala na nossa formação. De fato, Mill só considera que alguém tem um caráter consolidado à medida que suas decisões transcendam considerações hedonistas imediatas:

“O hábito de querer (willing) coisas é comumente denominado um propósito; e entre as causas de nossas volições, e das ações delas decorrentes, devem ser consideradas não somente as predileções e aversões, mas também os propósitos. É somente quando nossos propósitos tornam-se independentes dos sentimentos de dor e prazer, dos quais eles primeiramente originaram-se, que é possível dizer que se tem um caráter confirmado. ‘Um caráter’ diz Novalis, ‘é uma vontade completamente confeccionada’; e a vontade, uma vez confeccionada, pode ser estável e constante, [mesmo] quando as suscetibilidades passivas de prazeres e dores são grandemente enfraquecidas ou materialmente modificadas.”(MILL, 1987, p. 29)

Como veremos, Mill considera fundamental que o homem tenha domínio sobre si próprio, e não seja dominado por suas paixões. Isso seria um atributo que o distanciaria do restante dos animais: a capacidade de agir de acordo com a sua consciência e não necessariamente escolher o caminho mais fácil e imediatamente mais prazeroso.

A vontade de praticar ações virtuosas surge também mediante o processo de associação, “... quando confirmada, age sem nenhum pensamento sobre prazer ou dor ...”(MILL, 1957, p. 50/51)

Com base nessa distinção entre vontade e desejo, Mill consegue explicar esferas do comportamento humano como o agir por senso de dever, ou por algum princípio, esferas que no seu entender não eram tratadas de forma satisfatória por Bentham. Segundo Mill, Bentham nunca reconhece o homem “... como sendo capaz de buscar a perfeição espiritual como um fim; de desejar por si mesmo a conformidade de seu próprio caráter ao seu ideal de excelência, sem esperança de benefício (good) ou medo de punição

(evil) de qualquer outra fonte além de sua própria consciência interna ...”(MILL, 1980, p. 98) Ou como sendo capaz de agir por sentido de honra, por amor à beleza, à ação, à tranqüilidade, ou por inúmeras outras motivações.²⁰ “... O homem, aquele ser tão complexo, é muito simples a seus olhos.”(Idem)

Mill considera que Bentham errou ao tentar na sua ‘Table of Springs of Action’, enumerar as motivações do homem. Estas motivações seriam inumeráveis, uma vez que, por meio de associações, praticamente qualquer coisa poderia tornar-se objeto de desejo ou de repulsa.

Mill sugere que mesmo elementos como instintos e alguns desejos, considerados por muitos características universais do homem, poderiam ser suprimidos ou modificados por meio de educação ou treino. Seria “... necessário admitir (allow) que temos também instintos ruins e que deveria ser o objetivo da educação não simplesmente regulá-los como também extirpá-los, ou melhor (o que pode ser feito até com um instinto), mingua-los (starve them) por desuso ...”(MILL, 1958, p. 39) Assim, a educação teria o poder de suprimir aspectos de nossa natureza. Por outro lado, seria possível, por intermédio dos mesmos meios, fazer com que coisas originalmente indiferentes passassem a motivar os homens. E afirma que é “... por meio de tal fomento, começado cedo, e não contrabalançado por influências desfavoráveis, que ... os sentimentos mais elevados de que é capaz a humanidade são passíveis de se tornarem uma segunda natureza, mais forte do que a primeira ...”(MILL, 1958, p. 36/7)

Podemos ver aqui, novamente, uma dissolução das fronteiras entre o que seria natural e o que seria adquirido no homem. O adquirido podendo tornar-se uma segunda natureza, e o natural podendo deixar de ter qualquer efeito sobre a psique humana.

E isso abre caminho para a **modificação** do homem e de sua ‘natureza’, o que terá implicações importantes para a sua filosofia social, uma vez que Mill vê poucas esperanças de ocorrer “... aumento considerável de felicidade humana ... desacompanhada de mudanças no estado dos desejos ...”(MILL, 1969, p. 15) Para

20. “...Não é somente a parte moral da natureza do homem no sentido estrito do termo - o desejo de perfeição ou o sentimento de uma consciência acusadora ou aprovadora - que ele ignora (overlooks); ele quase não reconhece também como fato da natureza humana a busca de qualquer outro ideal em si mesmo. O sentido de *honra*, e dignidade pessoal, aquele sentimento de exaltação pessoal e degradação que age independentemente da opinião dos outros, ou até em desafio a ela; o amor à *beleza*, a paixão do artista; o amor à *ordem*, à congruência, à consistência de todas as coisas com seus fins; o amor ao *poder*, não na sua forma limitada de poder sobre os outros seres humanos, mas o poder abstrato, o poder de tornar nossas volições efetivas; o amor à *ação*, a sede por movimento e atividade, um princípio não menos influente na vida humana do que seu oposto, o amor à tranqüilidade ...”(MILL, 1980, p. 98)

Mill, enquanto a raça humana for autocentrada e egoísta ela “... não desfrutará um décimo da felicidade de que nossa natureza é capaz ...”(Idem) Mill acreditava, inclusive, existir uma tendência histórica no sentido de tornar as motivações do homem mais sociais e menos autocentradas. E nesse sentido mais passível de ser feliz.

5. A DISCRIMINAÇÃO ENTRE TIPOS DE PRAZERES

Uma outra alteração relacionada à visão de natureza humana que terá implicações importantes para a sua filosofia social é a visão que Mill passa a ter dos prazeres humanos.

Para Mill, seria “... *perfeitamente compatível com o princípio da utilidade o reconhecimento do fato de que alguns tipos de prazeres são mais desejáveis e mais valiosos do que outros ...*” (MILL, 1957, p. 12) O homem teria a capacidade de discriminar entre tipos de prazeres.

Isso representou uma grande mudança em relação ao utilitarismo de Bentham, uma vez que, para este, só existiria uma espécie de prazer. Na comparação entre situações os indivíduos considerariam somente dimensões quantitativas, ou seja, a constância, a intensidade e a fecundidade, na produção desse prazer. Mill considera que na avaliação dos prazeres entraria também uma dimensão qualitativa. “... *Seria absurdo que, enquanto na estimação de todas as demais coisas, a qualidade seja considerada ao lado da quantidade, na estimação dos prazeres suponha-se que dependa somente da quantidade ...*”(MILL, 1957, p. 12)

Mill sugere a existência de dois tipos de prazeres. Os prazeres inferiores e os prazeres superiores. Os primeiros satisfariam o corpo, e os prazeres superiores, por sua vez, satisfariam a mente. Para ele, seria “... *um fato inquestionável que aqueles igualmente familiarizados e igualmente capazes de apreciar e desfrutar ambos atribuem uma marcada preferência pelo modo de existência que emprega suas faculdades superiores ...*”(MILL, 1957, p. 12)²¹ Independentemente das variáveis quantitativas, os prazeres superiores seriam mais desejáveis do que os inferiores. “... *Poucos seres humanos consentiriam em ser transformados em um animal inferior em troca da promessa do mais amplo desfrute (allowance) dos prazeres de uma besta ...*”(MILL, 1957, p. 12/3)

21. O critério que Mill sugere para a classificação qualitativa é o seguinte: “... *De dois prazeres, se existe um para o qual todos ou quase todos que experimentaram ambos atribuem uma preferência decidida, independente de qualquer sentimento de obrigação moral em preferi-lo, então este é o prazer mais desejável ...*” (MILL, 1957. p. 12)

No entanto, é interessante notar que isto não é percebido assim por todos os indivíduos. Algumas pessoas poderiam preferir os prazeres inferiores. Mas isso só ocorreria, para Mill, por elas não terem acesso aos prazeres superiores. Só seriam bons juízes para esta questão os indivíduos capazes de desfrutar os dois tipos de prazeres. Numa clara alusão à Carlyle, que denominava o utilitarismo de “filosofia dos porcos”, Mill afirma:

“... É melhor ser um ser humano insatisfeito do que um porco satisfeito, é melhor ser um Sócrates insatisfeito do que um tolo satisfeito. Se o tolo ou o porco não são da mesma opinião é por que eles só conhecem seu lado da questão. A outra parte da comparação conhece ambos os lados.”(MILL, 1957, p. 14)

Mas Mill admite que mesmo aqueles que já tiveram capacidade de experimentar as duas coisas podem escolher os prazeres do corpo. A saída que ele dá a isto é afirmar:

*“... a capacidade para os sentimentos mais nobres é na maior parte das naturezas uma planta muito tenra, facilmente aniquilada, não somente por influências hostis, mas **por mera falta de sustento** ... Os homens perdem suas altas aspirações da mesma forma que (as they) perdem seus gostos intelectuais, porque não têm tempo ou oportunidade para se entregarem a eles; e viciam-se nos prazeres inferiores, não porque eles deliberadamente os preferem, mas porque de duas uma, ou são os únicos aos quais eles têm acesso, ou os únicos que ainda são capazes de desfrutar.”*(MILL, 1957, p. 14/5, grifo acrescentado)

Assim, o tolo e o porco podem, quando defrontados aos dois tipos de prazeres, escolher o desfrute dos prazeres inferiores. Mas mesmo assim os superiores são, para Mill, preferíveis.

No nosso entender, a base dessa distinção entre tipos de prazeres está em Mill encarar os prazeres superiores como o campo do ‘essencialmente humano’. E está relacionada com um conceito mais amplo de felicidade humana.

Para Mill, os homens só conhecerão verdadeiramente a felicidade (e não apenas gozos passageiros) quando forem capazes de realizar as potencialidades que os distinguem dos animais. *“... Os seres humanos têm faculdades mais elevadas do que apetites animais, e uma vez feitos conscientes delas, passam a não considerar como felicidade nada que não inclua a gratificação delas ...”*(MILL, 1957, p. 11)

No entanto, não deixa de ser interessante ressaltar que o que é considerado ‘essencialmente humano’ precisa de cultivo contínuo e proteção constante para se manter. Para Mill, a ‘humanidade’ é algo a ser conquistado.

O fim desejado por Mill continua sendo o aumento da felicidade, só que ele amplia esse conceito, de forma a necessariamente incluir a realização das capacidades humanas. Dessa forma, alguns aspectos, considerados por Mill, próprios aos homens, como a liberdade, a autonomia, o autocultivo, o altruísmo, passam a ter importância no seu utilitarismo. Eles tornam-se parte integrante de seu conceito de felicidade.

Apesar disto, Mill nunca deixou de considerar-se um reformador da filosofia utilitária. Ele prezava o utilitarismo essencialmente por ser uma ética dentro da qual caberia a mudança. Não sendo fundada em conceitos **apriorísticos** nem em coisas auto-evidentes, os preceitos dela derivados poderiam variar de acordo com a situação vivida e com o grau de avanço dos membros de uma determinada sociedade. Uma vez que a natureza do homem é maleável, é interessante adotar um princípio ético (racional) flexível, que se conforme a cada situação.

Essa distinção entre os tipos de prazeres revela-nos indiretamente e em linhas gerais em que direção as capacidades dos homens deveriam ser estimuladas de forma a tornar a humanidade ‘mais elevada’, e mais feliz.

6. A IMPORTÂNCIA DA ESCOLHA E DA AUTODETERMINAÇÃO

Vimos na seção anterior que para Mill a felicidade humana inclui a realização de uma série de atributos humanos, a liberdade seria um deles. Mill afirma:

“... Depois de assegurados os meios de subsistência, a próxima em força das necessidades dos seres humanos é a liberdade; e (ao contrário das necessidades físicas, que à medida que a civilização avança tornam-se mais moderadas e mais passíveis de controle) ela aumenta ao invés de diminuir em intensidade à medida que a inteligência e faculdades morais desenvolvem-se ... (MILL, 1965, p. 208)

A importância atribuída por Mill à liberdade era tão grande que levou Isaiah Berlin a afirmar: *“No centro dos pensamentos e sentimentos de Mill descansa não seu utilitarismo, nem sua preocupação com o esclarecimento, nem com a divisão entre o domínio público e o privado ..., mas a crença passional de que os homens são tornados humanos por sua capacidade de escolher ...”* (BERLIN, 1982, p. 192)

Alguns autores chegam a questionar se esta valorização seria compatível com uma postura utilitarista. Eles alegam que Mill coloca a liberdade como um fim em si que poderia conflitar com a utilidade.

Uma comparação com Bentham poderia parecer reforçar essa posição. Ryan chama a atenção que dentro da filosofia de Bentham seria bem-vindo retirar-se a possibilidade de escolha caso com isto fosse possível eliminar a possibilidade de escolher o mal. A ele interessaria somente a felicidade dos homens (definida aqui de forma bastante hedonista). “... *Chame-os de homens, chame-os de monges, chame-os de soldados, chame-os de máquinas, eu não me importo, contanto que sejam felizes ...*” (BENTHAM, *apud* RYAN, 1987, p. 37) Caso inventassem uma pílula da felicidade, provavelmente Bentham utilizá-la-ia de bom grado. Mill certamente não aceitaria isto. Mas, como sugerimos, essa recusa baseia-se não em uma aceitação de um outro fim último, e sim na já mencionada ampliação do conceito de felicidade. A felicidade **inclui** a liberdade e é inconcebível sem ela.

A capacidade de escolher seria um atributo básico de humanidade. Para ele, “... *a educação que ensine ou as instituições sociais que requeiram que eles [os seres humanos] troquem o controle sobre as suas próprias ações por qualquer quantidade que seja de conforto ou riqueza, ou que renunciem à liberdade por amor à igualdade, os privariam de uma das mais elevadas características da natureza humana ...*” (MILL, 1965, p. 208/9)

Além da liberdade, podemos citar outros elementos que passaram a ser parte constitutiva da idéia de felicidade e a base para a noção de progresso do humano: a espontaneidade, a originalidade, a autonomia e a diversidade.²² Eles também seriam elementos ‘essencialmente humanos’, apesar de estarem ameaçados pelo avanço da civilização.

Vemos, assim, que Mill encara algumas características como sendo próprias aos homens (todas elas dizem respeito às nossas faculdades superiores) e são valorizadas enquanto tais. Mas sendo o homem uma obra incompleta, Mill apenas indica algumas qualidades que seriam desejáveis (por, em última instância, propiciarem um aumento de felicidade), mas não aponta uma saída única para o homem:

“... A natureza humana não é uma máquina a ser construída (built) segundo um modelo, e programada a executar exatamente o trabalho para ela estabelecido, e sim uma árvore que necessita crescer

22. “...*Mill adquiriu horror à passividade estilo cordeiro e uma paixão pela independência pessoal ...*” (RYAN, 1987, p. 37) Em relação à autonomia, Mill diz que é de valor inestimável no caráter geral de um povo “*uma virtude que é uma das primeiras condições de excelência no caráter humano ...*” (MILL, 1965, p. 282)

e desenvolver-se por todos os lados (on all sides), de acordo com as tendências das forças internas que a tornam uma coisa viva (living thing) ...”(MILL, 1975, p. 56/7)

Ele sempre tenta mostrar “... a importância para o homem e para a sociedade, de uma grande variedade de tipos de caráter; e de dar à natureza humana liberdade plena para expandir-se em inumeráveis e conflitantes direções ...”(MILL, 1989, p. 189)

7. LIBERDADE VS NECESSIDADE²³

Enquanto filósofo moral, Mill toma como central a liberdade, a autonomia e a autodeterminação. Mas será que a concepção de natureza humana adotada por ele - que coloca o homem como resultado da ação de circunstâncias - é compatível com a existência de um homem livre, autônomo, espontâneo e autodeterminado? Será possível compatibilizar essa psicologia determinista com a visão que Mill tem das características essencialmente humanas?

Responder esta questão afirmativamente era essencial para todo o seu projeto como reformador social. Esta foi uma das mais espinhosas questões filosóficas enfrentadas por ele. Existe de fato uma singularidade humana? O que está em jogo é a discussão dos meios de que o homem dispõe para se autodeterminar e à medida que ele é determinado por (e pode determinar) outros homens por intermédio das instituições e de estímulos a desejos.²⁴

Se os indivíduos são resultados mecânicos da ação das circunstâncias, como falar em liberdade, autonomia ou espontaneidade? Será que os atributos considerados ‘essencialmente humanos’ são compatíveis com o determinismo implícito na visão de psicologia humana aceita por Mill?

23. Para uma análise detalhada desta questão ver RYAN (1990, p. 103/31).

24. A discussão resume-se, no fim das contas, em aceitar ou não que “... a lei da causalidade aplica-se no mesmo sentido às ações humanas que aos outros fenômenos... A opinião afirmativa é geralmente denominada doutrina da Necessidade, e afirma que as volições e ações são necessárias e inevitáveis. A negativa mantém que a vontade não é determinada, como tantos outros fenômenos, por antecedentes, mas determina a si mesma; que nossas volições não são, propriamente falando, efeito de causas...” (MILL, 1987, p. 22) Os românticos seriam adeptos da teoria da liberdade, e essa postura filófica era consistente com a sua visão de homem. Para eles a mente do homem não seria uma “tábula rasa” sobre a qual a experiência deixaria sua marca. Ela teria um poder criativo e não apenas mimético. O homem autodeterminar-se-ia. Cada mente seria única e seus conteúdos poderiam transcender a experiência (para uma discussão sobre os românticos ver ABRAMS (1971)).

Mill não podia aceitar a existência de um mundo absolutamente sem liberdade de escolha. E no capítulo 2 do livro VI da **Lógica**, considerado por Mill o capítulo mais importante do livro (WHITAKER, 1975, p. 1036), ele afirma a existência de alguma liberdade dentro do contexto da doutrina da necessidade.

A doutrina da necessidade é a única compatível com a concepção de natureza humana adotada por Mill, e de sua adoção dependeria a possibilidade de construção de uma ciência do homem e da sociedade:²⁵

“A dificuldade de Mill é que ele queria a substância da insistência romântica na variedade, individualidade e liberdade, mas acreditou ao longo de toda a sua vida que a teoria psicológica a qual seu pai e Bentham subscreveram era a única base possível para a ciência social e para a teoria moral...”(RYAN, 1987, p. 37)

Portanto, para ser coerente com o seu projeto intelectual Mill tem que se afirmar como adepto da teoria da necessidade.²⁶

No entanto, é fundamental, para Mill, afastar-se do fatalismo que em geral era adotado pelos defensores da teoria da necessidade. Essa interpretação (errônea) da teoria da necessidade teria não só impactos negativos sobre a filosofia moral, como também teria um efeito desmotivante sobre os indivíduos.

Os owenistas associavam necessidade a fatalismo. Para eles, o caráter do indivíduo “... é formado **para** ele, e não **por** ele... não está em seu poder alterá-lo...” (MILL, 1987, p. 26/27) Como consequência, eles acreditavam ser injusto responsabilizar as pessoas por suas ações, uma vez que estas, em última instância, seriam resultados da ação de circunstâncias sobre as quais elas não teriam nenhum controle.²⁷ Mill jamais poderia aceitar esta posição. “... É essencial, para Mill, ser capaz de justificar o castigo, e as noções que o acompanham de culpabilidade (*blame*), culpa (*guilt*) e

25. Para se construir uma ciência é necessário que as ações sejam previsíveis. E realmente Mill acreditava que em posse do conhecimento de todas as causas que agem sobre a mente humana poderíamos prever com certeza o curso da ação. (MILL, 1987, p. 23) Segundo Ryan, eliminar o determinismo significava, para Mill, eliminar a ciência. RYAN (1990, p. 104 e 1981, p. 83) mantém que o romantismo com a sua ênfase na capacidade do indivíduo de construir sua própria realidade interna e externa desafia qualquer teoria sobre a natureza humana.

26. Mill achava a ciência do homem e da sociedade fundamentais para guiar as reformas sociais. Apesar de a ciência estar sempre a serviço da Arte, ela seria fundamental para apontar os meios existentes para atingir os fins ditados pela Arte. Mill desejava colocar a ciência a serviço da reforma da sociedade. (RYAN, 1990, p. 104)

27. Sobre o contraste da posição de Mill e dos owenistas ver RYAN (1987, p. 40) e RYAN (1990, p. 105-7 e 116).

responsabilidade, já que a ética utilitarista depende, de forma muito próxima, da idéia de que regras morais, como as leis, são essencialmente sustentadas por sanções.”(RYAN, 1990, p. 112)

A paralisia e angústia associada à crença de que os homens nada têm a dizer sobre o que são, ou à sensação de querer ser diferente e não conseguir, Mill conheceu na própria pele.

James Mill, um dos expoentes da psicologia associacionista inglesa, resolveu ‘aplicar’ em seu filho John os seus conhecimentos. James tentou criar, por meio da manipulação das circunstâncias, na mente de seu filho associações do tipo ‘salutar’, e esperava que ele se tornasse um legítimo sucessor da filosofia utilitarista. Mas após um período de fervorosa devoção aos ideais benthamitas, Mill entrou em crise existencial. Ele constatou que a tentativa de seu pai em associar a sua felicidade à felicidade geral havia fracassado. E que outras associações não haviam sido formadas em seu lugar. Com isso Mill deduziu que, por ser fruto de uma experiência malsucedida, nunca mais seria capaz de sentir emoções. Ele acabou por encontrar conforto na poesia de Wordsworth (poeta do romantismo inglês do século XIX), ao perceber que ainda era capaz de emocionar-se, mas esta vivência deixou suas marcas.²⁸ Esse episódio foi crucial ao revelar como a sensação de ser o resultado passivo das circunstâncias poderia ser massacrante. E que cada indivíduo teria algo a dizer sobre o seu caráter.

A saída apresentada não é de todo convincente (e não poderia ser, à medida que é incompatível a afirmação da liberdade de escolha num mundo determinístico como o de Mill), mas abre o espaço que Mill necessitava para evitar a paralisia e o conformismo associados ao fatalismo.

A filosofia da necessidade corretamente interpretada simplesmente significaria “... *que dadas as motivações que estão presentes à mente de um indivíduo, e dados também o seu caráter e a sua disposição, a forma como ele agirá pode ser infalivelmente inferida...*”(MILL, 1987, p. 25) Se um indivíduo age é porque uma série de causas está agindo sobre ele. Entre estas causas estariam o caráter do indivíduo, suas motivações, desejos e propósitos, e estes são resultado, como vimos, das vivências e das experiências às quais os indivíduos são submetidos.

No entanto, Mill constata que existe em cada um de nós o sentimento de liberdade, e ele não seria mera ilusão. O sentimento de liberdade, e a própria possibilidade de responsabilidade moral, proviria do fato de **a vontade de ser diferente** ser uma

28. Para um relato detalhado do que foi a educação do jovem Mill ver MILL (1989, cap. 1). Para análises sobre a crise ver BAIN (1882, p. 38), HIMMELFARB (1973, p. x/xi), ROBSON (1968, p. 22/23).

das causas - e uma causa de fato importante - que determinam o caráter e, portanto, a ação. O indivíduo pode colocar-se sob a influência de circunstâncias que moldem o seu caráter no sentido desejado.²⁹ Mas a existência de uma vontade de mudar é determinada, em última instância, pelas circunstâncias. Ela é dada pela “... *experiência das consequências dolorosas do caráter previamente existente, ou por algum sentimento forte de admiração ou aspiração acidentalmente despertado.*”(MILL, 1987, p. 27)

Para o aperfeiçoamento e progresso humano seria essencial não só que os indivíduos se sentissem pelo menos co-responsáveis por sua forma de ser e de agir, como também que neles existisse uma vontade de aperfeiçoamento. As leis e costumes que punam ou recompensem ações que decorrem de certos tipos de caráter podem ajudar na formação desta vontade. Além disso, os poetas, os heróis morais, os homens virtuosos, e o próprio filósofo moral, terão a função social de, ao servirem de exemplo, inspirar em cada homem a vontade de aproximar seu caráter destes padrões de virtude. Mill inclusive criticava a filosofia de Bentham por não demonstrar confiança na possibilidade de melhora dos homens, tendo um efeito perverso sobre as mentes necessitadas de incentivo para melhorar.(MILL, 1969, p. 16)

Apesar de esta solução não libertar Mill do determinismo, ela resolve o problema que o atormentava. Paralisia e depressão seriam provocados se, na existência de uma vontade de modificar o seu caráter, o indivíduo julgar-se incapaz de fazê-lo.(MILL, 1987, p. 27) Mas, uma vez que para Mill nós “... *somos tão capazes de formar o nosso próprio caráter se quisermos (if we will) quanto os outros são capazes de formá-lo por nós...*”(MILL, 1987, p. 26/27), essa realidade deixa de ser massacrante.

Assim, mediante esse ‘artifício’, Mill abre um pequeno espaço não só para explicar o sentimento de liberdade de escolha, mas também para falar em autocultivo, de autonomia, de liberdade, e de tantos outros ideais que vimos ser tão caros à sua filosofia.

Apesar de esta solução ser bastante questionável, segundo Ryan, Mill “... *nunca perdeu a crença de que seu argumento reconciliava liberdade e necessidade, ao mostrar que nossas ações são livremente escolhidas e causalmente determinadas. Quando ele veio a escrever o ensaio On Liberty, ele estava convencido de que o problema não era mais do que um pseudoproblema...*”(RYAN,1990, p. 104)

29. O “... *sentimento de sermos capazes de modificar nosso próprio caráter, se assim o desejarmos, é em si o sentimento de liberdade moral do qual temos consciência...*”(MILL, 1987, p. 27) No entanto, é importante notar que Mill não atribui um poder maior ao indivíduo de moldar o seu caráter do que aos outros, de moldá-lo por ele: “... *Eu posso de fato influenciar as minhas volições, mas somente da forma como (only as) as outras pessoas podem influenciar minhas volições, pelo emprego de meios apropriados. Eu não tenho consciência de nenhum poder direto sobre minhas volições.*”(MILL, apud RYAN, 1990)

8. A NATUREZA HUMANA É DE FATO A BASE DAS CIÊNCIAS SOCIAIS?

A utilização do termo natureza humana geralmente associa-se a conteúdos específicos, invariantes, que estariam presentes em todos os homens - a uma série de atributos e capacidades inteiramente dados e conhecidos. Mill faz concessão a esta visão quando, por exemplo, diz no ensaio “Nature” que de alguma forma os germes de tudo que se manifestará têm que se encontrar já no homem: “... *se for dito que é necessário que existam germes de todas essas virtudes na natureza humana, senão a humanidade seria incapaz de adquiri-las, eu estou pronto, com um certo grau de explicação, a aceitar tal fato...*” (MILL, 1958, p. 36) Mas quando Mill sugere que existem atributos que só saberemos existir se algo estimulá-los a aparecer; quando ele fala de capacidades ilimitadas; quando ele diz não ser possível enumerá-las, nem conhecer inteiramente a ‘natureza’ da natureza humana; quando ele adota o método empírico para a psicologia e dissolve a fronteira entre a psicologia e a etologia; quando ele trata o homem como uma ‘obra aberta’ cujos limites não se pode conhecer *a priori*, parece-nos que Mill se afasta da noção de natureza humana, tal como exposta por seus predecessores, e aproxima-se muito mais da visão de que o homem é historicamente determinado e não pode ser conhecido sem referência ao contexto vivenciado. O homem de Mill é um ser maleável e progressivo.

Jeremy Bentham e James Mill, por terem uma visão mais estática da natureza humana, também podiam, com base no conhecimento desta, derivar padrões de comportamento que estariam na base da construção de suas ciências do social e das suas recomendações de políticas de intervenção.³⁰

Mill não consegue derivar, somente com base em seu conceito de natureza humana, qualquer padrão de **comportamento** dos agentes. Ele continua afirmando que a psicologia humana está na base da especulação social. Mas, na verdade - pela própria visão de maleabilidade da natureza humana e da capacidade das circunstâncias de alterarem os desejos, e as motivações do homem -, ele precisa saber com que tipo de sociedade está lidando, e o tipo de homem que dela decorre, antes de poder fazer afirmações sobre quais serão os seus desejos, propósitos e motivações e, portanto, suas ações.

30. Estes autores defendiam a democracia representativa justamente com base em uma característica que julgavam ser inerentes à natureza humana, isto é, que cada indivíduo buscaria o seu auto-interesse. Mill defendia a democracia representada como o melhor sistema na Inglaterra de sua época, mas não considerava essa forma de governo a mais desejável em qualquer situação.

Portanto, apesar de as motivações humanas serem o material sobre o qual qualquer investigação social fundar-se-á, é necessário recorrer ao contexto institucional e educacional existente antes de podermos saber que forma concreta essa natureza humana irá assumir.

9. O 'HOMEM ECONÓMICO' E A CIÊNCIA DA ECONOMIA POLÍTICA

Como a nossa compreensão da concepção de Mill sobre a ciência da economia política pode ser iluminada por esta discussão?

Dissemos acima que na base das ciências sociais estariam as motivações dos homens que compõem a sociedade. No seu famoso ensaio "On the definition of Political Economy and the Method of Investigation in that Science" (1836) e posteriormente na *Lógica*, Mill define o objeto da economia política tomando como base uma motivação humana: a busca da riqueza. (MILL, 1967b, p. 321 e 323) De fato, ele acreditava ser essa motivação importante o suficiente, em sua época, para justificar o estudo de suas conseqüências de forma isolada.

Mas qual seria, de fato, o *status* desta motivação humana? Seria ela parte inerente da natureza humana ou um traço de caráter de sua época ou país?

Antes de entrar na análise da posição de Mill é interessante discutir rapidamente a postura de Adam Smith em relação a esta questão. Segundo Fonseca (1993, p. 78/9), o auto-interesse econômico, apesar de ser eficaz e de render frutos para a sociedade, seria, para Adam Smith, apenas tolerável do ponto de vista ético. Entretanto, este autor seria cético quanto à possibilidade de pregações morais ou doutrinações éticas alterarem esta realidade. A natureza humana seria, para ele, basicamente auto-interessada e seria inútil pregar para que se tornasse algo diferente.

Mill partilhava com Smith o diagnóstico sobre a preponderância desta motivação em sua época e país. Além disso, Mill partilhava a opinião de que essa situação seria apenas tolerável do ponto de vista moral. A diferença em relação a Adam Smith é a crença de Mill na possibilidade de aperfeiçoamento humano.

Vimos que, para Mill, existe a possibilidade de modificação das volições do homem. De algo indiferente tornar-se desejado e passar a ser um estímulo à ação. A constituição essencial do homem não seria obstáculo para que ele fosse movido por motivações de outra ordem. O homem poderia vir a ser bastante diferente do que era:

“... Não existe uma necessidade inerente de que o ser humano seja um egoísta interesseiro (selfish egoist), destituído de todo sentimento ou cuidado exceto aqueles centrados na sua própria miserável individualidade. Algo muito superior a isto é suficientemente comum mesmo hoje, o que nos dá ampla garantia a respeito das possibilidades de transformação da espécie humana (give ample earnest to what the human species may be made). Afeições privadas genuínas e um interesse sincero pelo bem público são possíveis, apesar de em graus diferentes, em todo ser humano corretamente educado (brought up)...”(MILL, 1957, p. 19)

Mill é sempre cuidadoso no sentido de afirmar que não se poderia esperar que esta transformação ocorresse de um momento para o outro. O caminho, para Mill, seria longo e árduo.³¹ No entanto, para ele, o melhoramento dos homens não seria só uma possibilidade, existiria uma tendência histórica atuando nesse sentido.

Por tudo o que foi dito sobre a teoria de natureza humana de Mill, entendemos que a motivação riqueza, base da economia política, não pode ser entendida como sendo algo inerente ao ser humano. Nem sempre Mill mostra clareza a este respeito. Às vezes classifica esta motivação entre as leis psicológicas, outras vezes trata-as como um traço de caráter resultante do funcionamento das instituições. De qualquer modo, como ressalta Hollander, o fato de a fonte das leis psicológicas ser, para Mill, a experiência “... *vai contra qualquer concepção da posição de Mill com respeito aos axiomas comportamentais que enfatizem alguma qualidade psicológica absoluta, independente das circunstâncias empíricas.*”(HOLLANDER, 1985, p. 115)³²

A posição de Mill quanto à possibilidade de a motivação riqueza não ser, em diferentes épocas e sociedades, tão poderosa nos homens quanto era em sua época e país, terá consequências sérias para a ciência da economia política e para o seu método de investigação e precisa ser levada em conta caso se queira chegar a uma compreensão adequada do pensamento de Mill a respeito dessas questões.³³

31. Para Mill, apesar de transformações institucionais poderem modificar o homem, a manifestação concreta da natureza humana de uma determinada época impõe limitações para esta transformação.

32. Assim, Hollander coloca-se contra qualquer concepção que situe a busca de riqueza como uma motivação eterna e inerente à natureza humana. Por se centrar somente no ensaio de 1836, Prado chega a uma visão bastante diferente da apresentada neste trabalho. Para Prado, em Mill o “... *modo histórico de existência do homem é tomado como ‘essência humana’.*”(PRADO, 1991, p. 75) Segundo este autor, “... *Mill toma a sociedade mercantil e o agente econômico como simplesmente existente, e, por isso, fixa o ‘indivíduo egoísta’: este é tomado como realidade última.*”(Idem)

33 Para uma análise destas consequências, ver MATTOS (1996, p. 56/74).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AYER, A. J. Introdução ao *The logic of moral science*. London: Duckworth, 1987.
- BAIN, A. *John Stuart Mill. A criticism: with personal recollections*. London: Longmans Green, 1882.
- BERLIN, I. John Stuart Mill and the ends of life. In: *Four essays on liberty*. Oxford: Oxford University Press, 1982.
- BIANCHI, A. M. et alii. A metodologia positivista na ciência econômica: uma visão inquietada. *Cadernos das Ciências Sociais* n. 7, Portugal, 1988.
- FONSECA, E. G. da. *Vícios públicos, benefícios privados? A ética na riqueza das nações*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- HIMMELFARB, G. Introdução ao *Essays on politics and culture*. Gloucester: Peter Smith, 1973.
- HOLLANDER, S. *The economics of John Stuart Mill*. Vol I, II. Oxford: Basil Blackwell, 1985.
- MATTOS, L. V. *Economia política e mudança social: a filosofia econômica de John Stuart Mill*. Tese de Doutorado apresentada ao IPE/FEA-USP, 1996.
- MILL, J. S. Edição comentada do *Analysis of the phenomena of the human mind*, de James Mill. New York: A.M. Kelley, 1967a.
- _____. *Autobiography* (1873). London: Penguin Books, 1989.
- _____. Bentham (1838). In: LEAVIS, F.R. (org.), *Mill on Bentham and Coleridge*, Cambridge: Cambridge University Press, 1980.
- _____. Nature (1874). In: *Nature and utility of religion*. Indianapolis: Bobbs'Merrill, 1958.
- _____. On the definition of political economy and the method of philosophical investigation in that science" (1836). In: *Collected works of John Stuart Mill*. Vol. IV. Toronto: University of Toronto Press, 1967b.
- _____. *Principles of political economy with some of their applications to social philosophy* (1848). In: *Collected works of John Stuart Mill*. Vol. II e III. Toronto: University of Toronto Press, 1965.
- _____. Remarks on Bentham's philosophy (1834). In: *Collected works of John Stuart Mill*. Vol. X. Toronto: University of Toronto Press, 1969.
- _____. *The logic of moral science*, uma reimpressão do *A system of logic* (1843), livro VI. Londres: Duckworth, 1987.
- _____. *The subjection of women* (1869). In: *John Stuart Mill three essays: on liberty, representative government, the subjection of women*. Oxford: Oxford University Press, 1975.
- _____. *Utilitarianism* (1861). New York: Liberal Arts Press, 1957.

- PAULANI, L. M. *Do conceito de dinheiro e do dinheiro como conceito*. Tese de Doutorado apresentada ao IPE/FEA-USP, 1991.
- PRADO, E. F. da Silva. *Economia como ciência*. São Paulo: IPE-USP/FAPESP, 1991.
- POPPER, K. The autonomy of sociology. In: SCHNEEWIND, J. B. (ed.), *Mill: a collection of critical essays*. London, 1968.
- ROBSON, J. M. Rational animals and others. In: *James and John Stuart Mill: papers of the Centenary Conference*. Toronto, 1976.
- _____. *The improvement of mankind: the social and political thought in John Stuart Mill*. Toronto: University of Toronto Press and Routledge & Kegan Paul, 1968.
- RYAN, A. J. S. *Mill routledge guide*. London: Routledge & Kegan Paul, 1987.
- _____. *The philosophy of John Stuart Mill*. New Jersey: Humanities Press International, 1990.
- RYAN, C. C. The fiends of commerce: romantic and marxist criticism of classical political economy. *HOPE*, 13, 1981.
- WHITAKER, J. J. S. Mill's methodology. *Journal of Political Economy*, p. 1030-47, 1975.
- WINCH, D. Introdução ao Penguin Edition dos *Principles of political economy de J. S. Mill*. New York: Penguin Classics, 1985.

Este artigo foi baseado no primeiro capítulo da minha tese de doutoramento intitulada: *Economia Política e Mudança Social - A filosofia econômica de John Stuart Mill*, e foi apresentado na reunião da ANPEC de 1996.

(Recebido em dezembro de 1996. Aceito para publicação em março de 1997).